

PARECER JURÍDICO Nº: 213/2025

ASSUNTO: Recurso Administrativo – Licitação nº 032/2025.

01. Em cumprimento à solicitação de análise jurídica, identificamos o protocolo do Recurso Administrativo da empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., datado de 22 de agosto de 2025, em razão da declaração de vencedora da Licitação nº 032/25.

02. Destaca-se dos autos a abertura dos envelopes contendo as propostas, conforme Sessão Pública, por videoconferência, às 09h00 do dia 18 de agosto de 2025, conforme Ata de fls. 69/70, da qual se verifica a participação de 06 (seis) proponentes, a saber:

- CRUCIAL SEGURANÇA LTDA.;
- LONDON VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA.;
- ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.;
- PLANUS SERVICE LTDA.;
- WOLF VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., e
- TERCERIZA SEGURANÇA LTDA.

03. Verifica-se que após a fase de lances, conforme *Histórico da Licitação*, a empresa PLANUS SERVICE LTDA. ofereceu a melhor oferta, no valor total de R\$ 56.400,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos reais).

04. Após a aclamação da vencedora, a empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. manifestou intenção de recurso.

05. Com o advento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

06. Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu **Regulamento Interno de Licitações e Contratos** pelo Conselho de



Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

07. Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada “LICITAÇÃO”, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

XXXIII – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

08. Importa salientar que o Recurso Administrativo encontra-se regulado no Capítulo V do Regimento Interno de Licitações e Contratos, o qual prevê fase recursal única.

CAPÍTULO V **DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Art. 219. Salvo no caso de inversão de fases, o procedimento licitatório terá fase recursal única.

§1º Os recursos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a habilitação e contemplarão, além dos atos praticados nessa fase, aqueles praticados em decorrência do disposto nos incisos IV e V do caput do art. 39 deste Regulamento.

§2º Na hipótese de inversão de fases, o prazo referido no §1º será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase prevista no inciso V do caput do art. 39, abrangendo o segundo prazo também atos decorrentes da fase referida no inciso IV do caput do mesmo artigo deste Regulamento.

Art. 220. A intimação dos atos referidos no artigo anterior será feita mediante publicação no site da COCEL, no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo, bem como, realizada a comunicação direta aos licitantes, salvo se presentes os prepostos de todos os licitantes participantes do certame no ato em que foi adotada a decisão, caso em que a comunicação será lavrada em ata.

Art. 221. O recurso que versar sobre habilitação/inabilitação ou sobre classificação/desclassificação de propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva aos demais recursos.

Art. 222. Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 223. É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

Art. 224. O recurso e as contrarrazões serão dirigidos à Comissão de Licitação que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à segunda instância administrativa, devidamente informado, cabendo à autoridade superior proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

Art. 225. Também caberá a interposição de recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da prática dos seguintes atos:

- I - anulação ou revogação da licitação;
- II - deferimento ou indeferimento do pedido de inscrição em registro cadastral;
- III - deferimento ou indeferimento do pedido de pré-qualificação de bens ou de fornecedor;
- IV - rescisão do contrato levada a efeito no interesse exclusivo da COCEL, e
- V - aplicação das sanções previstas neste Regulamento pela COCEL.

§1º O recurso deverá ser dirigido à autoridade que praticou o ato recorrido, que apreciará sua admissibilidade, podendo reconsiderar ou não a decisão recorrida no prazo de 5 (cinco) dias úteis e, independentemente de sua decisão, fazê-lo subir à autoridade superior, devidamente informado, cabendo a esta proferir a decisão final no prazo de 5 (cinco) dias úteis do seu recebimento.

§2º As decisões dos recursos interpostos deverão ser intimadas diretamente aos licitantes por meio eletrônico, além de serem publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município de Campo Largo –PR., bem como, realizada a comunicação no site da COCEL.

Art. 226. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

09. Considerando nossa habitual transparência administrativa, vejamos os argumentos indicados pela Recorrente:

- que o recurso foi tempestivo;
- que a licitante vencedora do certame realizou alterações na planilha final, estando o valor do vale transporte em desacordo com o custo efetivo da tarifa do município;
- que não houve demonstração da exequibilidade, considerando a incompatibilidade do regime do Simples Nacional e do Lucro Presumido;
- que a exclusão ou a subestimação dos custos referentes ao IRPJ e à CSLL na planilha de formação de preços revela-se manifestamente desarrazoada e conduz, inevitavelmente, à apresentação de proposta inexequível;
- que o CNAE é incompatível com o objeto do contrato, e
- que o atestado de capacidade técnico é inválido.

10. A empresa recorrida PLANUS SERVICE LTDA. apresentou suas contrarrazões ao Recurso Administrativo impetrado, sustentando:

- que a documentação apresentada e sua proposta estão em estrita observância ao que foi solicitado no edital;
- que a empresa Recorrente, com o claro intuito de tumultuar e prejudicar o andamento do certame, apresenta recurso absurdo, ensejando um julgamento demasiadamente formalista e que desconsidera os princípios basilares que regem os procedimentos licitatórios;
- que a decisão recorrida é contrária ao interesse público, pois desproporcional e ilegal;
- que a empresa apresentou sua documentação e sua proposta conforme determina o Edital nº 032/2025;



- que em nenhum momento deixou de apresentar algum documento desde o credenciamento, habilitação e também não deixou de cotar nenhum dos encargos, trabalhista, previdenciário obrigatórios;
- que a planilha de custos apresentada pela PLANUS, foi elaborada com base em valores realistas para a prestação dos serviços requeridos, incluindo todos os benefícios e percentuais exigidos pela legislação e pela convenção coletiva vigente na data da licitação;
- que no tocante ao Vale transporte, verifica-se que existem dois valores de vale transporte dentro do Município de Campo Largo, Transportes Piedade R\$ 5,80 (carga em cartão) e Empresa Campo Largo (Metro card) R\$ 5,50 (carga em cartão), assim a empresa somando os dois valores e dividindo por dois, chega ao valor da passagem de R\$ 5,65, pois não sabemos de qual região os colaboradores serão contratados;
- a regularidade do percentual apresentado para cobertura de férias;
- que no tocante aos uniformes e epi, a empresa conta com a compra em quantidade relevante dos uniformes, contendo um estoque e com isso conseguindo um preço acessível no mercado, conseguindo manter os uniformes com custo bem menor do que praticado hoje no mercado;
- que o CSLL e IRPJ, segundo entendimento do TCU, não há inclusão nas planilhas de composição de preços de valores relativos ao imposto sobre a renda das pessoas jurídicas e a contribuição social sobre o lucro líquido;
- que conforme item 15.12, a eventual incorreção na planilha de custos e formação de preços constitui mera irregularidade e superada posteriormente, desde que sem alteração do preço global, não impede a habilitação, conforme prevê o art. 55 § 1º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL;
- que no tocante ao Simples Nacional, o Edital é bem claro e os esclarecimentos também, que a empresa não poderá confeccionar suas planilhas e proposta no simples nacional e que após assinatura do contrato deverá pedir exclusão, mas não menciona que as empresa optantes do simples não participem do certame;
- que a empresa Planus demonstra com seus atestados que presta serviços de gestão de mão de obras, que tem experiência na prestação de serviços;
- ao final pugna que o recurso improtrado seja julgado totalmente improcedente, mantendo a empresa habilitada com sua proposta de preço, dando sequência aos demais atos do processo licitatório.

11. Considerando que a recorrente apresenta questões sobre o Simples Nacional e sobre o objeto licitado, torna-se oportuno citar os esclarecimentos apresentados na presente Licitação nº 032/25. Vejamos:



COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL
ESCLARECIMENTO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N.º 032/2025

A Companhia Campolarguense de Energia - COCEL, por meio de sua Agente de Licitação, designada pela Portaria n.º 007/2025, juntamente com o Gestor da área solicitante e Divisão Jurídica, torna público e para conhecimento dos licitantes, o presente esclarecimento, para melhor interpretação de nossa necessidade, referente ao Edital de Licitação n.º 032/2025:

1) Verifica-se dos autos o envio de pedido de esclarecimento ao Edital de Licitação nº 032/2025, formalizado pela empresa IMBRASEG., por meio de e-mail enviado ao Setor de Licitações.

Vejamos os questionamentos:

1.1. - O edital visa à contratação de empresa para prestação de serviços de Vigilância Desarmada. A prestação desse serviço é regulamentado pela Polícia Federal. Será exigido das empresas participantes algum documento referente ao credenciamento/ autorização junto à Polícia Federal?

ESCLARECEMOS que:

Para esta prestação de serviço deverá ser considerado o CBO 5174 (Vigia), não sendo exigida a apresentação de credenciamento ou autorização junto à Polícia Federal. Diante do necessário esclarecimento, torna-se oportuno alterar a redação "Vigilância Desarmada" para "Vigia", portanto onde de lê "Vigilância Desarmada", leia-se "Vigia".

Importa ressaltar que constitui dever da Administração Pública avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos, conforme dispõe o Decreto Lei nº 4.657, de 04 de setembro de 1942, o qual define a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

1.2. Qual CCT será utilizada como referência para a composição de preços?

ESCLARECEMOS que: A COCEL não indicará a CCT. A proponente deverá considerar, para fins de composição de preços, a última Convenção Coletiva da categoria vigente.

1.3. Qual empresa presta o serviço atualmente?

INFORMAMOS que: A atual prestadora de serviços é a empresa DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

1.4. O contrato poderá ser reajustado antes de 12 meses de acordo com a Convenção Coletiva com data base em fevereiro?

ESCLARECEMOS que: O Princípio da anualidade do reajuste sempre será respeitado, mas a Contratada deverá observar neste caso em específico à regra definida no art. 181 § 1º, inciso II, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Fone/Fax (0xx41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

Companhia Campolarguense de Energia - COCEL
Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00

Art. 181. Nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o reajuste do preço poderá ser dividido em tantas parcelas quanto forem necessárias, respeitando o princípio da anualidade do reajuste dos preços contratados, podendo ser realizado em momentos distintos para promover a correção da variação de custos que tenham sua anualidade igualmente definida em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

§1º Adotada a previsão contida no caput, o interregno mínimo de um ano para o reajuste de cada parcela do contrato será contado a partir:

I - da data limite para apresentação das propostas na licitação, em relação a parcela de custos relativa a materiais e insumos; e

II - da data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho vigente à época da apresentação da proposta na licitação, para a parcela de custos relativa à mão de obra que estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

§2º Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-bases diferenciadas, o reajuste deverá ser dividida em tantos quanto forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.

No tocante ao interregno mínimo de um ano, importa salientar a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

O termo inicial a ser respeitado para manutenção do equilíbrio contratual é a data em que passou a vigor as majorações salariais da categoria profissional que deu ensejo à revisão. RESP nº 554.375/RS. Relator: Ministro Castro Meira, DJ 23/05/2005, p. 196.

1.5 Caso seja vencedora, a empresa cadastrada no Simples Nacional deverá mudar a tributação?

ESCLARECEMOS que:

1.5.1. Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher a Planilha de Custo e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Real ou Lucro Presumido), conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022; 13.10.1.

1.5.2 A empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõe o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários.

1.5.3 A empresa optante pelo Simples Nacional, se contratada, deverá apresentar cópia do documento que comprove sua solicitação, à Receita Federal do Brasil – RFB, de exclusão desse regime. Essa solicitação deve fazer referência expressa ao contrato firmado com

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
Fone/Fax (0xx41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00





COCEL e ser protocolizada na RFB no prazo previsto no art. 30, §1º, inciso II, da Lei Complementar 123/2006 ("até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação").

1.5.4 As MEs e EPPs optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional deverão considerar na formulação de suas propostas, além dos custos a que estejam obrigadas, os decorrentes de eventual exclusão desse regime (Simples Nacional), observados as regras, os prazos e os procedimentos estabelecidos na Lei Complementar 123/2006, hipótese que não ensejará direito à revisão contratual.

1.6. Durante o período de recesso a prestação dos serviços será interrompida ou ocorrerá de forma ininterrupta?

ESCLARECEMOS que: A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma ininterrupta, de segunda a sexta-feira, com exceção de sábados, domingos e feriados nacionais.

1.7. O vigilante terá local coberto ou guarita, acesso a banheiro e água potável durante a prestação do serviço?

ESCLARECEMOS que: O vigia terá sala climatizada, acesso a banheiro e água potável durante a prestação do serviço.

Deste modo, permanece inalterada a data de abertura, estabelecida para o 18 de agosto de 2025, às 9:00 horas, em função de que não houve alteração de objeto e de valores, que comprometa a formulação da proposta comercial.

Sendo o que se apresenta para o momento, manifesto protestos de consideração e aprego.

Campo Largo, 08 de agosto de 2025.

ANA LAURA
LAGNER:943579
27900
Assinado de forma digital
por ANA LAURA
LAGNER:94357927900
Dados: 2025.08.08 10:47:34
COCEL
ANA LAURA LAGNER
Agente de Licitação

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL
Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Insc. no Estado 8052030-00

12. Importa ressaltar que o Esclarecimento ao Edital nº 032/2025 é claro em determinar que: *"Para esta prestação de serviço deverá ser considerado o CBO 5174 (Vigia), não sendo exigida a apresentação de credenciamento ou autorização junto à Polícia Federal. Diante do necessário esclarecimento, torna-se oportuno alterar a redação "Vigilância Desarmada" para "Vigia", portanto onde de lê "Vigilância Desarmada", leia-se "Vigia"."*

13. Destaca-se ainda do citado documento, que: *"Empresa optante pelo Simples Nacional não poderá gozar de nenhum benefício tributário na condição de optante, em prestígio ao princípio da igualdade, devendo preencher a Planilha de Custo e Formação de Preços conforme o Regime Tributário que irá optar, caso seja contratada (Lucro Real ou Lucro Presumido), conforme Lei Complementar nº 123/2006 e Instrução Normativa RFB nº 2110/2022; 13.10.1."*

14. Restou claro pelo esclarecimento que a empresa optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõe o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários.

15. Considerando o questionamento recursal, quanto à incompatibilidade do Simples Nacional e a formulação da proposta, verifica-se dos autos o encaminhamento à Divisão Contábil, o qual manifestou através de Parecer Contábil-Técnico que ***“A planilha apresentada pela empresa vencedora está em conformidade com as alíquotas vigentes para a tributação aplicável ao regime do Lucro Presumido e com as orientações do edital.”***

PARECER CONTÁBIL-TÉCNICO

Assunto: Recurso interposto em licitação – inclusão de IRPJ e CSLL na planilha de custos
Interessado: Divisão de Logística e Compras / Empresa Contratante
Elaboração: Odair Sales - Gerente Contábil

1. Contexto

Foi interposto recurso por licitante, alegando que a planilha de custos apresentada pela empresa vencedora deveria contemplar os tributos IRPJ e CSLL como itens de custo direto/indireto. A recorrente sustenta que a ausência dessas parcelas comprometeria a exequibilidade da proposta.

2. Análise técnica

Do ponto de vista contábil e jurídico:

1. Natureza dos tributos

- O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são tributos diretos, personalíssimos, incidentes sobre o resultado da empresa.
- Não constituem custos ou despesas necessários à execução do objeto contratual, mas sim **ônus tributário decorrente do lucro auferido** pela pessoa jurídica, variando conforme o regime fiscal adotado (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real).

2. Jurisprudência do TCU

- O Tribunal de Contas da União (TCU), no Acórdão 950/2007 – Plenário, firmou entendimento de que IRPJ e CSLL não podem integrar a formação do BDI ou das planilhas de custos em contratos administrativos, por configurarem acréscimo artificial de preço e disfarce de lucro.
- Outros acórdãos posteriores (ex.: 1.214/2013 e 775/2015) reforçaram que esses tributos são de responsabilidade exclusiva da empresa e não devem ser repassados à Administração Pública.

3. Formação de preços em licitações

- As planilhas de custos devem refletir apenas os custos diretos, indiretos, tributos incidentes sobre o faturamento (ISS, PIS, Cofins) e a margem de lucro.
- A inclusão de IRPJ e CSLL distorceria a competitividade do certame, gerando vantagem artificial a quem inflar sua planilha, além de afrontar o princípio da isonomia previsto na Lei nº 14.133/2021 (art. 5º).

3. Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que:

- A alegação do recorrente não procede, pois IRPJ e CSLL não integram a formação de preços em licitações públicas, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União (TCU).
- A planilha apresentada pela empresa vencedora está em conformidade com as alíquotas vigentes para a tributação aplicável ao regime do Lucro Presumido e com as orientações do edital.
- Assim, recomenda-se a **rejeição do recurso**, mantendo-se a classificação da proposta vencedora.

ODAIR SALES:02729111940
Assinatura de forma digitalizada
Data: 2023/05/15 15:56
Endereço: 02729111940

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone/Fax (0xx41) 2169-2121 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



16. Verifica-se do Parecer Contábil-Técnico, a indicação de que o IRPJ e a CSLL não integram a formação de preços, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, tendo em vista que não se constituem em custos ou despesas necessárias à execução do objeto contratual, mas ônus tributário decorrente do lucro auferido.

17. Diante do questionamento da empresa Recorrente ORBENK, quanto ao dever da vencedora comprovar a exequibilidade da proposta, identifica-se dos autos que a empresa PLANUS apresentou suas razões, defendendo a regularidade da proposta, visando a necessária segurança jurídica e transparência administrativa, evitando decisão injusta e ilegal.

18. Desclassificar a proposta inicial seria um rigorismo formal excessivo, que não se coaduna com os princípios e fins do processo licitatório e da própria Administração, posto que desprovido de qualquer propósito razoável ao interesse público.

19. Considerando a avaliação da exequibilidade da proposta, encontra-se registrada no art. 75, § 1º e 2º do Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

Art. 75. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - após esgotada a fase de lances e de negociação, se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela COCEL;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

§1º A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

§2º A COCEL poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, na forma do inciso V do caput.

§3º Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela COCEL; ou

II - valor do orçamento estimado pela COCEL.

§4º Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

20. Conforme entendimento reiterado de nossa jurisprudência, em especial do Tribunal de Contas da União, a desclassificação da proposta de forma sumária, não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio



para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, observado os limites legais.

21. Importa ressaltar que não há registro nos autos de qualquer apontamento concreto quanto à pretendida tese de inexecutabilidade da proposta, o qual foi alegada pela Recorrente, mas não demonstrada.

22. Oportuno se faz observar a orientação jurisprudencial colhida pelo professor Renato Geraldo Mendes¹.

Contratação pública – Licitação – Proposta – Inexequibilidade – Juízo não absoluto – Demonstração da viabilidade de proposta considerada inexequível – Possibilidade – TCU
“(…) verificou-se que não foi dada ao licitante desclassificado por inexequibilidade a oportunidade de demonstrar a viabilidade de sua oferta. Essa impropriedade também se afigura grave porque, como firmado na doutrina afeta à matéria e na jurisprudência desta Corte (vide relatório supra), o juízo de inexequibilidade de uma proposta não é absoluto, mas possibilidade de que o licitante seja detentor de uma situação peculiar que lhe permita ofertar preço inferior ao limite de exequibilidade estimado pelo contratante. Por exemplo, é perfeitamente possível que uma empresa, em especial de maior porte, partilhe custos como infra-estrutura, pessoal, etc..., entre os diversos clientes, resultando em redução nos preços de seus serviços. Também não se pode descartar que, muitas vezes, a estimação da exequibilidade pelo contratante possa apresentar deficiências, visto que sua visão de mercado não tem abrangência e precisão comparáveis às da empresa que atua no ramo”.
(TCU, Acórdão nº 1.248/2009, Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti, DOU de 16.06.2009)

23. No mesmo sentido identificamos outras passagens no Tribunal de Contas da União:

“(…) A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.

No que se refere à inexequibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. Não é objetivo do

¹ MENDES, Renato Geraldo. Lei de Licitações e Contratos Anotada – Notas e Comentários à Lei nº 8.666/93/Renato Geraldo Mendes. 8. Ed. Curitiba: Zênite, 2011. pág. 783.

Estado espoliar o particular, tampouco imiscuir-se em decisões de ordem estratégica ou econômica das empresas. Por outro lado, cabe ao próprio interessado a decisão acerca do preço mínimo que ele pode suportar.

(...)

Nessas circunstâncias, caberá à administração examinar a viabilidade dos preços propostos, tão-somente como forma de assegurar a satisfação do interesse público, que é o bem tutelado pelo procedimento licitatório. (Acórdão 141/2008 – Plenário)" (grifamos)

"(...) 13. (...). É claro que um particular pode dispor de meios que lhe permitam executar o objeto por preço inferior ao orçado inicialmente. Não obstante, não há como impor limites mínimos de variação em relação ao orçamento adotado aplicáveis a todas as hipóteses.

14. Logo, a apuração da inexecuibilidade dos preços, com exceção da situação prevista nos §§ 1º e 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666/93, acaba por ser feita caso a caso, diante das peculiaridades de cada procedimento licitatório." (Acórdão 1.092/2010 – 2ª. Câmara)" (grifamos)

24. Avaliando as posições doutrinárias e jurisprudências sobre o tema, concluo referenciando o nobre doutrinador Marçal Justen Filho, o qual indica que *"deve-se ter em vista que a inexecuibilidade apenas deve ser pronunciada quando se evidenciar risco à efetiva viabilidade de execução do contrato."* Deste modo, não há que se falar neste momento em desclassificação da proposta apresentada.

25. No tocante a alegação da empresa Recorrente quanto a ausência de atestado válido, vejamos de forma preliminar o disposto no item 13.1.3 do Edital de Licitação nº 032/2025:

13.1.3 Para comprovação da qualificação técnica:

I - Pelo menos um atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, explicitando o serviço prestado, que comprove experiência da proponente na execução dos serviços com características compatíveis com o objeto desta licitação, bem como o nome, endereço, telefone e fax do atestante, acompanhado da **cópia do contrato** que deu suporte à contratação.

II - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

26. Verifica-se dos autos, que a empresa PLANUS apresentou Atestado de Capacidade Técnica expedido pelo Município de Balsa Nova, relativo ao Processo de Dispensa de

Licitação nº 021/2023, visando à prestação de serviços de Vigilância não armada, em estrita conformidade com o Edital e com a legislação pertinente.

27. Importa ressaltar que a Lei nº 13.303/16 disciplina em seu art. 58, os parâmetros utilizados quando da habilitação técnica.

Art. 58. A habilitação será apreciada exclusivamente a partir dos seguintes parâmetros:

I - exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da contração de obrigações por parte do licitante;

II - qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório;

III - capacidade econômica e financeira;

IV - recolhimento de quantia a título de adiantamento, tratando-se de licitações em que se utilize como critério de julgamento a maior oferta de preço.

§ 1º Quando o critério de julgamento utilizado for a maior oferta de preço, os requisitos de qualificação técnica e de capacidade econômica e financeira poderão ser dispensados.

§ 2º Na hipótese do § 1º, reverterá a favor da empresa pública ou da sociedade de economia mista o valor de quantia eventualmente exigida no instrumento convocatório a título de adiantamento, caso o licitante não efetue o restante do pagamento devido no prazo para tanto estipulado.

28. No tocante às Planilhas de Custos, diversos Acórdãos do TCU sinalizam que erros ou omissões em seu preenchimento não devem acarretar a desclassificação do licitante. Vejamos:

“Erros no preenchimento da planilha de preços unitários não são motivos para a desclassificação de licitante, quando a planilha puder ser ajustada sem majoração do preço global ofertado” (TCU. Boletim de Jurisprudência nº 261/19)

“...alerta à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), relativamente a um pregão eletrônico de 2010, quanto à impropriedade caracterizada por inabilitar empresa balizada em elaboração inadequada de planilha de custos e formação de preços, quando esta tenha condições de ser ajustada sem a majoração do preço ofertado...” (TCU. Acórdão 7.494/10 – Primeira Câmara)

29. Importa salientar que o Tribunal de Contas do Estado do Paraná indica que a licitação deve buscar a proposta mais vantajosa para a administração, considerando que na aplicação do princípio da legalidade, deve-se agregar à legalidade estrita noções de ponderação e



juízo de valor por parte do intérprete e do aplicador do direito, para que se atinja a real finalidade de toda e qualquer atividade do Estado, que é o interesse público.

30. Diante da necessidade de ponderação e juízo de valor, a decisão da Agente de Licitação que avaliou os atestados da licitante PLANUS, reflete o Princípio da Proporcionalidade, considerando que cabe a Administração Pública demonstrar que a medida deve ser adequada, necessária e proporcional, considerando que atendeu a regra exigida no item 13.1.3 do Edital de Licitação nº 032/2025, em especial ao documento de fls. 273 e seguintes, referenciado no Atestado Capacidade Técnica expedido pelo Município de Balsa Nova.

31. Considerando o dever da Administração Pública em avaliar e motivar as consequências práticas da decisão e não em valores jurídicos abstratos, conforme dispõe o Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, o qual define a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a manutenção do resultado do julgamento da sessão revela-se ser medida adequada, necessária e proporcional, em respeito ao Princípio da Proporcionalidade e da Razoabilidade.

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. (Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)

32. Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o Princípio da Proporcionalidade “está relacionado com a ‘ponderação de valores’ e com a ideia de que ‘a aplicação da regra jurídica deve ser norteada pelo resultado que se busca atingir’. Portanto, equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade.”

33. Importa ressaltar que a interpretação dos termos do Edital não pode conduzir a atos que acabem por malferir a própria finalidade do procedimento, restringindo o número de proponentes e prejudicando a escolha da melhor proposta, aliado ao fim que se busca o presente processo licitatório.

34. Afigura-se relevante esclarecer que o direito de defesa e a possibilidade do contraditório, garantias constitucionais expressas, foram assegurados aos licitantes.

35. Deste modo, considerando os diversos pontos anteriormente elencados, opinamos pela **IMPROCEDÊNCIA** do Recurso Administrativo proposto pela empresa ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., considerando a manutenção do resultado final proferido na Ata da Sessão da Licitação de 18/08/2025, em razão da habilitação da empresa PLANUS SERVICE LTDA. perante a Licitação nº 032/2025, proporcionando cumprimento integral dos itens de habilitação e demais atos editalícios, considerando o suporte fático e jurídico apresentado, preservando a imprescindível legalidade e segurança jurídica, sem comprometer o interesse público, respeitando a finalidade do certame, observando a atuação dos Princípios da Legalidade, Moralidade, Impessoalidade, Publicidade, Eficiência, Segurança Jurídica, Razoabilidade e da Proporcionalidade.

36. Em função disso, encaminho o presente Parecer Jurídico à Agente de Licitação para que se manifeste, indicando ainda que o processo licitatório deverá ser encaminhado ao Senhor Diretor Administrativo, considerando a referida competência.

Campo Largo, 08 de setembro de 2025.



Otavio Dias Pereira Junior
OAB/PR 28.139